



**GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA
CÂMARA DOS DEPUTADOS**

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº ___, DE 2025

(Do Sr. NIKOLAS FERREIRA)

Requer informações ao Ministro de Estado da Educação sobre a não reposição dos livros didáticos do ensino fundamental no âmbito do PNLD 2026.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com fundamento nos arts. 49, X, e 50 da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro de Estado da Educação, a fim de que preste os seguintes esclarecimentos, tendo em vista novos fatos reportados pela imprensa nacional¹ acerca da péssima gestão e execução do ciclo de 2026 do Programa Nacional do Livro e do Material Didático — PNLD 2026.

Ressalto que, em respeito à harmonia entre os poderes e ao princípio democrático, personificado por esta Casa, a necessidade de que tanto a administração direta como a indireta se debrucem para que todas as questões sejam respondidas ostensiva e objetivamente. Não se pode aceitar o expediente anteriormente utilizado, em resposta a requerimento correlato, em que o Ministro meramente tramitou os questionamentos para uma autarquia, que, por sua vez, respondeu não ter governança sob o objeto questionado, quando o próprio ministro detinha. Trata-se de manobra pouco republicana que importa não responder ao questionamento, incorrendo em crime de responsabilidade, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal.

a) É correto um governo aumentar a carga tributária dos brasileiros a cada mês e, ao mesmo tempo, deixar milhões de crianças sem livros na escola?

b) Por que, mesmo após reiteradas promessas de que os recursos estariam assegurados, o MEC não realizou a reposição dos livros didáticos para o ensino fundamental no PNLD 2026?

¹ <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2025/08/22/mec-amplia-compra-mas-deixa-de-fora-reposicao-de-livros-didaticos-para-ensino-fundamental.ghtml>





GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS

c) Qual o montante efetivamente destinado ao programa neste exercício e quanto seria necessário para suprir integralmente as disciplinas que ficaram de fora (Ciências, História, Geografia, Arte e Inglês)?

d) Por que, sabendo da insuficiência de recursos desde o primeiro semestre, o MEC não adotou medidas tempestivas para suplementar o orçamento, remanejar dotações ou buscar apoio do Congresso Nacional?

e) Que providências concretas o MEC adotou para evitar que alunos das regiões mais vulneráveis comecem o ano letivo de 2026 sem qualquer material didático?

f) O Ministério mantém registro atualizado de quantos alunos ficaram efetivamente sem livros neste ciclo? Caso não possua esses dados, como pretende avaliar o impacto da decisão?

g) O governo pretende corrigir o erro e realizar aquisição complementar ainda em 2025, ou o prejuízo às crianças será consolidado e empurrado para o próximo exercício?

h) O governo vai defender a impunidade, irresponsabilização por seus atos? Se não, quais gestores serão responsabilizados pela lesão, potencialmente irreversível, a milhares de alunos?

i) Por que a atual gestão não seguiu o modelo da gestão anterior, que conseguiu manter o fornecimento completo com orçamento menor, inclusive assegurando o livro da pré-escola, retirado por este governo?

j) Por que o Governo Federal não admite publicamente em suas campanhas publicitárias que educação não é prioridade (e sim as vultosas viagens de caciques do governo), como demonstram os fatos?

k) Gestores que valorizam a pasta que controlam, em países importantes, tendem a renunciar perante ao tipo de fracasso alcançado pelo governo federal. Os gestores do atual governo envolvidos planejam renúncia, não valorizam a educação ou não consideram nosso país importante?





GABINETE DEPUTADO NIKOLAS FERREIRA CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

Notícias amplamente divulgadas pela imprensa nacional revelam que o Ministério da Educação, sob a atual gestão, deixou de adquirir parte significativa dos livros didáticos previstos para o ensino fundamental em 2026. As compras se restringiram às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, excluindo áreas essenciais como Ciências, História, Geografia, Arte e Inglês.

A decisão, segundo o próprio MEC, decorre de “limitações orçamentárias” — o que demonstra falha grave de planejamento e priorização. Estimativas indicam que entre 9 e 50 milhões de exemplares deixaram de ser adquiridos, atingindo diretamente alunos das redes públicas, sobretudo nas regiões mais pobres. Vale lembrar que tratam-se de limitações impostas pela própria incapacidade do governo de gerir seus gastos, tendo em vista a vultosa carga tributária que a atual gestão impõe aos brasileiros.

A omissão já não se trata de um problema em curso, mas de um fato consolidado. Não há mais tempo hábil para a correção dentro do ciclo do PNL 2026, o que significa que milhões de estudantes iniciarão o próximo ano letivo sem o material didático básico garantido por lei.

Além do evidente prejuízo pedagógico, a situação afronta o princípio constitucional da igualdade de acesso à educação e demonstra claramente a incapacidade administrativa do Ministério. Cabe ao Parlamento exercer o controle político e exigir transparência sobre o uso dos recursos públicos e as escolhas de gestão que levaram a este colapso.

Por essas razões, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente Requerimento de Informações.

Sala das Sessões, em 13 de outubro de 2025.

Deputado NIKOLAS FERREIRA

